



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I- CAMPINA GRANDE
CENTRO EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GÉSSICA LIGIA ARAÚJO DE SOUSA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: a concepção de professoras.**

**CAMPINA GRANDE
2024**

GÉSSICA LIGIA ARAÚJO DE SOUSA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: a concepção de professoras.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725i Sousa, Gessica Ligia Araujo de.
A inclusão de crianças com TEA na educação infantil [manuscrito] : a concepção de professoras / Gessica Ligia Araujo de Sousa. - 2024.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Inclusão escolar. 2. Transtorno do Espectro Autista - TEA. 3. Educação infantil. I. Título

21. ed. CDD 370.115

GÉSSICA LIGIA ARAUJO DE SOUSA

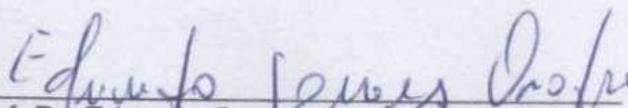
**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL:** a concepção de professoras.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Departamento de
Educação da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Graduado em
Pedagogia

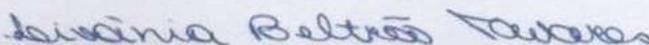
Área de concentração: Educação
Especial

Aprovada em: 06/06/2024.

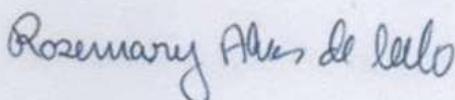
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Rosemary Alves de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu esposo, pelo grande incentivo desde sempre e minha mãe, que me ajudou com meus filhos para que assim concluísse o curso e aos mesmos, por serem minha força, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui parece um sonho, conquistar o meu tão sonhado diploma parece ser surreal. Mas nada seria possível se Deus não estivesse comigo em todos os momentos.

Agradeço ao meu esposo Luzinaldo que me incentivou a voltar a estudar, sem esse incentivo eu não estaria aqui hoje, aos meus filhos que são meu coração fora do peito e minha maior força.

A minha amiga Solange Bento Xavier (*in memoriam*), por sua amizade e por ter me ajudado no início do curso ficando com meus filhos para que eu pudesse me deslocar para universidade.

A minha mãe Lucia que sempre esteve ao meu lado, me ajudando e segurando minha mão, ao meu pai Geraildo, meu irmão Matteo e cunhada Larissa, por todo apoio e ajuda com as crianças.

Não posso deixar de agradecer as minhas companheiras de curso, amigas que levarei para vida, Fabricia Felix e Francisca Ligia, nosso lema era, ninguém solta a mão de ninguém e assim foi até o dia de hoje. Somos guerreiras e conseguimos chegar ao final.

Ao professor e orientador Dr. Eduardo Onofre, que com muita paciência me orientou e ajudou nesse trabalho.

Finalizo dizendo que sonhos são possíveis de alcançar, mesmo quando tudo vai contra e você acredita que não vai conseguir. Deus está conosco e todos os momentos pude sentir o seu cuidado para conosco. Obrigado Senhor por todo amor, obrigado meus filhos, vocês são a minha força motriz.

“A inclusão é um sonho possível!”
(Mantoan, 2003, p. 48)

RESUMO

O número de crianças com o Transtorno do Espectro Autista – TEA vem crescendo significativamente nas escolas comuns, seja da rede pública ou privada. Assim, o objetivo principal da presente pesquisa foi analisar os desafios de professoras da educação infantil no processo de inclusão escolar de crianças com TEA. Desenvolvemos uma pesquisa do tipo quati-qualitativa, utilizando como instrumento metodológico um questionário. Participaram deste estudo 17 professoras de uma escola da rede de ensino privada, em Campina Grande, PB. O questionário foi aplicado em abril de 2024. Os dados demonstraram que as professoras se sentem inseguras muitas vezes na inclusão das crianças com TEA, devido a falta de apoio e políticas públicas direcionadas ao processo de inclusão escolar, bem como um melhor conhecimento sobre as legislações. Mas demonstraram um avanço em relação ao tema e que possuem ciência de que é necessária formação adequada para tal. Concluimos que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, que seu olhar sensível sobre a criança com TEA, para perceber suas habilidades e competências, não apenas suas limitações, e o seu preparo, dependerá muito também da convivência com a mesma e dos cursos de formação na área, bem como da vontade de aprender e fazer a diferença nesse mundo que não está preparado para as diversidades.

Palavras-Chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista-TEA; Educação Infantil.

ABSTRACT

The number of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) has been significantly increasing in regular schools, both public and private. Thus, the main objective of this research was to analyze the challenges faced by early childhood education teachers in the process of including children with ASD. We conducted a quantitative-qualitative study, using a questionnaire as the methodological tool. Seventeen teachers from a private school in Campina Grande, PB, participated in this study. The questionnaire was administered in April 2024. The data showed that teachers often feel insecure about including children with ASD due to a lack of support and public policies aimed at the inclusion process, as well as a better understanding of legislation. However, they showed progress regarding the subject and acknowledged the need for proper training. We concluded that the teacher's role in this inclusion process is fundamental, and their sensitive perspective on the children with ASD, to perceive their skills and competencies, not just their limitations, will largely depend on their interaction with the same and the training courses in the field, as well as their willingness to learn and make a difference in a world that is not prepared for diversity.

Keywords: School inclusion; Autism Spectrum Disorder-ASD; Early Childhood Education.

LISTA DE QUADRO/GRÁFICOS

QUADRO 1. Leis que ajudam no cotidiano da pessoa com TEA.....	17
GRÁFICO 1. Você acha que para ensinar crianças com TEA é necessário alguma formação além da pedagogia?	25
GRÁFICO 2. Você se sente preparada para ensinar crianças com TEA?	26
GRÁFICO 3. Você consegue conceituar o TEA?	27
GRÁFICO 4. Você acha que é importante a participação da família no processo de ensino-aprendizagem da criança com TEA na educação infantil?.....	28
GRÁFICO 5. Durante sua graduação houve algum componente curricular que te preparou para ensinar crianças com TEA na educação infantil?	29
GRÁFICO 6. Na sua opinião as escolas estão preparadas para receber crianças com TEA?.....	30
GRÁFICO 7. Você conhece a legislação pertinente a inclusão da criança com TEA nas escolas?	31
GRÁFICO 8. Você conhece as políticas públicas adotadas atualmente no brasil para incluir as crianças com TEA na educação regular?.....	32
GRÁFICO 9. Caso a pergunta anterior seja afirmativa, responda: na sua opinião as políticas públicas adotadas atualmente no brasil vêm respondendo as necessidades educacionais específicas da criança com TEA?	33

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BPC - Benefício da Prestação Continuada

CDC - Centers for Disease Control and Prevention

CID - Classificação Internacional de Doenças

Ciptea - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

CRAS - Centro de Referência a Assistência Social

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

ONU - Organização das Nações Unidas

PB – Paraíba

PCDs - Pessoas com Deficiências

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

SUS - Sistema Único de Saúde

TEA - Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista - TEA: uma breve discussão.....	13
2.2	Aspectos legais no caminho das pessoas com TEA	16
2.3	A inclusão escolar do estudante com TEA: uma breve análise	17
3	PERCURSO METODOLÓGICO	23
3.1	Tipo de pesquisa	23
3.2	Instrumento da pesquisa	23
3.3	Cenário e participantes da pesquisa	23
3.4	Procedimento e Análise dos dados	23
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERENCIAS.....	37
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	40

1. INTRODUÇÃO

O número de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA vem aumentando de forma significativa durante os últimos anos em diversos países. No último relatório do Centers for Disease Control and Prevention (CDC), 1 em cada 36 crianças com 8 anos de idade tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), (CDC, 2023) e relacionando a população brasileira que é estimada em 213,3 milhões de habitantes (IBGE, 2021), correlacionando os dados do CDC, nessa mesma proporção, no Brasil temos cerca de 5.641.132 crianças com TEA. Com o referido aumento significativo de TEA em nossas crianças, vê-se a necessidade de um aprofundamento sobre o assunto em todas as áreas, sejam elas familiar, saúde e educacional.

Ancorada nessa problemática, no sentido de refletir sobre o professor(a) da educação infantil no processo de inclusão de crianças com TEA, de modo a oferecer “espaços e tempos de ensino e aprendizagem significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens” (Candau, 2012 p.13), uma vez considerando a multiplicidade sobre o tema, ousamos incluir os professores(as) para o centro dessas discussões, e não apenas por ser um assunto pertinente, mas por perceber enquanto professora em formação as preocupações, os medos, a ansiedade, e até mesmo dúvidas sobre “como fazer?” ou “o que fazer?”.

Assegurada a alguns anos pela legislação vigente, a inclusão se faz cada vez mais presente em salas de aula, bem como o discurso de um atendimento especializado para crianças que precisarem, no entanto, o fosso existente entre a teoria e a prática (descontextualizada da realidade), acentua ainda mais a fragilidade do nossodespreparo em incluir. A Declaração de Salamanca defende que a escola deve assegurar e garantir a educação de pessoas com deficiência e propiciar a mesma educação dada a todas as crianças, atendendo às suas especificidades (MEC, 1994).

Como profissionais da educação em formação, percebemos a grande necessidade de ampliar a formação, inicial e contínua, do(a) professor(a) para a inclusão de crianças com TEA nas instituições de educação infantil regulares. Precisamos discutir com as professoras das instituições de educação infantil, práticas pedagógicas que mediam a inclusão de crianças com TEA. Pois, além da

falta das professoras, as escolas brasileiras frequentemente não possuem recursos físicos e didáticos que possam responder às necessidades educacionais especiais destas crianças.

A realidade observada dessa suposta inclusão é contraditória e notadamente excludente, já que não basta facilitar o acesso dos estudantes com deficiência ao ambiente escolar, mas sim promover inúmeras condições para que esses estudantes consigam superar as suas limitações, igualando-os em condições de aprendizagem como os demais indivíduos pertencentes da escola. (Marques; Barbosa; Gomes, 2018, p. 12)

A legislação prediz que os cursos de formação de professores devem prepará-los para a inclusão da criança com deficiência em sala de aula regular, mas vemos que na realidade, frequentemente não acontece. Muitas professoras vêm lutando, juntamente com familiares, amigos e instituições, em prol da garantia dos direitos das crianças com TEA. Mas, por falta de investimento do Estado e de Políticas Públicas voltadas para essa questão ainda andamos em passos lentos, por isso há muito a se estudar e evoluir com relação aos desafios das professoras na educação e inclusão de crianças com TEA.

Diante do exposto, construímos o seguinte objetivo geral: analisar os desafios das professoras da educação infantil no processo de inclusão de crianças com TEA, em uma escola da rede privada de ensino, situada no município de Campina Grande, Paraíba. Referente aos objetivos específicos, tivemos os seguintes: compreender o conceito e as comorbidades presentes no TEA; discutir ações que favorecem a inclusão de crianças com TEA na educação infantil e discutir as legislações pertinentes ao processo de inclusão de crianças com TEA.

Salientamos que o presente trabalho está estruturado nesta introdução, fundamentação teórica, percurso metodológico, apresentação e discussão dos dados coletados e as nossas considerações finais. A fundamentação teórica está dividida em três capítulos: compreendendo o Transtorno do Espectro Autista - TEA: uma breve discussão; Aspectos legais no caminho das pessoas com TEA; e A inclusão das crianças com TEA: uma breve análise. O percurso metodológico está dividido em tipo de pesquisa, instrumento da pesquisa, cenário e participantes da pesquisa e procedimento e análise dos dados. Posteriormente, apresentamos e discutimos os dados coletados e por fim, nossas considerações finais

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A criança com TEA tem direito à educação e à inclusão, garantido por lei e pela política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2008). Buscando verificar os desafios das professoras na inclusão das crianças com TEA, faremos essa pesquisa, pois sabemos que levar para essas crianças uma educação de qualidade, com aprendizagem significativa, nos obriga a entender o quanto é importante a mediação das professoras, mas também o quão é desafiador para as mesmas fazer com que tal inclusão de fato aconteça.

2.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista - TEA: uma breve discussão

O autismo é uma condição complexa que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social das pessoas. É definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta, frequentemente, antes dos três anos de idade e caracteriza-se por dificuldades na comunicação e interação social, além de padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos. A sua classificação como um espectro reflete a ampla gama de sintomas e gravidades, fazendo com que cada indivíduo com autismo apresente um conjunto único de desafios e habilidades.

Os primeiros casos de TEA foram identificados em 1798, no Sul da França, já os estudos começaram a partir da observação dos sintomas por Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944), em crianças com comportamentos atípicos semelhantes, repetitivos e estereotipados, além de crianças que apresentavam inteligência acima da média.

Kanner identificou o que chamou de "distúrbios autísticos do contato afetivo", observando a dificuldade de seus pacientes em estabelecer reações normais com outras pessoas. Em contrapartida, Hans Asperger descreveu uma forma mais branda de autismo, muitas vezes associada a habilidades especiais ou talentos, que ficou conhecida como Síndrome de Asperger. Essas descrições lançaram as bases para a pesquisa subsequente e o desenvolvimento de critérios diagnósticos.

... as características do autismo vão desde formas leves, e quase imperceptíveis para quem não conhece a síndrome, até quadros graves, acompanhados por dificuldades importantes. A separação entre as descrições de crianças com Asperger e com autismo parece não ser o melhor modo de compreender esta condição. Por esta razão, entre outras, o autismo passa a ser entendido atualmente a partir de um espectro, o TEA – Transtorno do Espectro Autista. Assim, assume-se que as diferenças entre as descrições realizadas por Hans Asperger diferem daquelas explicitadas no artigo de Kanner apenas por intensidade e frequência dos mesmos sintomas, sendo pertencentes predominantemente às mesmas áreas: sociocomunicativa e comportamental. (Schmidt. 2017, p. 222)

A mudança de autismo para transtorno do espectro autista (TEA), aconteceu devido ao avanço no entendimento sobre o autismo, que descrevia de forma limitada a variedade de características. Com mais pesquisas observou-se que além da variedade de características, a também a variação de gravidade. Então a alteração para o termo transtorno do espectro autista, foi justamente para abranger essa variedade, onde autismo não é uma condição única, mas um espectro com manifestações variadas e níveis de severidade distintos. O que permite apresentar um diagnóstico e tratamento mais adequados as necessidades da criança com TEA. (DSM-V, 2013)

Ao longo dos anos várias teorias tentaram explicar a causa do autismo, uma delas estava ligada a falta de vínculo da criança com a mãe, teoria “ Mãe geladeira”. Atualmente essa teoria não é aceita, pois graças aos avanços científicos, é considerado que o autismo está ligado a fatores genéticos e ambientais. Apesar dos avanços, o diagnóstico do autismo continua sendo um desafio. A diversidade de manifestações do TEA e a sobreposição com outros transtornos do desenvolvimento tornam o diagnóstico um processo complexo.

De acordo com Teixeira (2016), “O transtorno do espectro autista pode ser definido como um conjunto de condições comportamentais caracterizadas por prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais, da comunicação e da cognição da criança. ” (p. 12)

Porém, precisamos entender que a criança com TEA, assim como qualquer outra, possui habilidades e competências e não apenas limitações, com isso

...percebe-se que o autista precisa ser compreendido em sua essência e ser visto como pessoa capaz de desenvolver habilidades medi-

antes estratégias adequadas. Ter sensibilidade e acuidade para trabalhar com aluno autista e descobrir suas aptidões e capacidades torna-se extremamente prazeroso e de fundamental importância na vida profissional do educador. (Sousa, 2015, p.11).

Atualmente, o diagnóstico de autismo é clínico, feito por médicos especialistas, que se baseiam nos manuais de diagnósticos, como o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), Associação Americana de Psiquiatria, e também pela Classificação Internacional de Doenças (CID) com base em análise e observação. Numerosos estudos ressaltam a importância do diagnóstico precoce no autismo, enfatizando os benefícios significativos que ele pode trazer no desenvolvimento infantil. A detecção antecipada dessa condição permite a implementação de intervenções adequadas em uma fase onde o cérebro da criança é mais plástico e receptivo a mudanças, o que pode resultar em melhorias notáveis nas habilidades sociais, comunicativas e cognitivas. (Steffen, 2020)

O TEA é bastante desafiador não só para os médicos, professoras, mas sobretudo para as famílias, que são surpreendidas pelo diagnóstico. É classificado de acordo com a autonomia, necessidade de ajuda e a intensidade das características da pessoa, são eles: o nível 1, considerado o mais leve, onde a criança precisa de pouco suporte, o nível 2, moderado, onde precisam de suporte em mais atividades e o nível 3, severo, onde a criança precisa de muito suporte ao longo da vida para re-licar suas atividades do dia a dia.

É importante atentarmos para as modificações em torno das classificações e critérios diagnósticos do TEA porque esses conhecimentos direcionarão a maneira como iremos comunicar, acolher e buscar identificar o perfil de alunos que tenham esse transtorno. Padronizar esse entendimento é premissa para iniciar o conhecimento de especificidades que cada pessoa com autismo irá apresentar. (Evêncio, 2019)

Cada criança tem suas particularidades, sejam elas atípicas ou não. Encontrar propostas pedagógicas que ajudem no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças é de suma importância para que se desenvolvam em sua totalidade.

Oferecer a todos os autistas uma única proposta educacional torna-se um desrespeito à individualidade destes. Pois são as características do indivíduo que determinam a intensidade e diversidade de intervenções pedagógicas que necessitam para o desenvolvimento de

seu processo educacional. Diante disto, percebe-se a urgente necessidade de inovação e adequação do sistema educacional quanto a adaptação de currículos, formação de professores, a fim de atender peculiaridades dos alunos autistas. (Sousa, 2015, p. 13)

Com isso percebemos o quanto é necessário que os professores estejam preparados, e dispostos a tornar isso possível. Sabemos da dificuldade que enfrentamos ao ter em sala uma criança com TEA, onde precisamos muitas vezes tirar do próprio bolso, o custeio para produção de recursos pedagógicos, para que a mesma se desenvolva. Entender o espectro é um desafio, e precisamos nos aprofundar cada vez mais nesse assunto.

2.2 Aspectos legais no caminho das pessoas com TEA

No instante atual, temos diversas leis que ajudam no processo de inclusão das crianças com TEA. No ano de 2012, a Lei Berenice Piana (Lei N.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012) institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que garantiu o direito à criança com TEA a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias, medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), acesso à educação, proteção social, inserção no mercado de trabalho (Brasil, 2012). Essa foi a primeira legislação federal voltada para as pessoas com TEA, os assemelhando a pessoas com deficiência, o que garantiu direitos a eles já conquistados pelos PCDs, no Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15) (Brasil, 2015), e nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

No ano de 2020, outra conquista foi a Lei Romeo Mion (Lei N.º 13.977, de 8 de janeiro de 2020), que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), garantindo atendimento prioritário em serviços públicos e privados, nas áreas de saúde, educação e assistência social. Emitida de forma gratuita nos órgãos estaduais e municipais.

Em 2021, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), definiu que pessoas com diagnósticos de TEA, tenham direito ao benefício de assistência social do Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS).

Além destas mais abrangentes, citadas acima, outras leis ajudam as pessoas com TEA.

QUADRO 1: Leis que ajudam no cotidiano da pessoa com TEA:	
Lei 7.853/ 1989	Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.
Lei 8.742/ 1993	A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.
Lei 8.889/ 1994	Garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
Lei 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.
Lei 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Lei 7.611/2011	Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
Lei 13.370/2016	Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.
Lei 14.624/2023	A Lei Cordão de Girassol identifica pessoas com deficiências ocultas através do uso de um cordão de fita com desenhos de girassóis.

Fonte: Autismo e Realidade. Convivendo com o TEA, leis e direitos.

Disponível em: Leis e Direitos - Autismo e Realidade. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

2.3 A inclusão escolar do estudante com TEA: uma breve análise.

Nos últimos tempos tem-se falado muito sobre as questões de diversidade e inclusão, no entanto essas temáticas ainda estão descontextualizadas da prática pedagógica. Nesse sentido, Candau (2012, p. 13), nos fala que não é possível “conceber uma experiência pedagógica desvinculada das questões culturais da

sociedade. ”

Quando falamos em incluir alunos com autismo no ensino regular, automaticamente pensamos nas dificuldades de socialização do mesmo com o meio, é a partir dessa problemática que é gerada a discussão sobre esse tema. Essa inclusão exige uma boa estrutura pedagógica, além de profissionais capacitados para atender a possíveis disparidades decorrentes do comportamento apresentado por essas crianças (Barbosa et al., 2013, p. 7).

Como nos lembra Konkel (2015) felizmente, após a publicação da LDB 9.394/96, se instituiu a presença de crianças portadoras de alguma deficiência na escola de ensino regular, na prática, para que se cumpra a lei, infelizmente tem-se observado, tanto a articulação de diferentes fatores sociais (família, sociedade e o Estado) nessa inserção, quanto o despreparo da escola pouco aberta a pensar maneiras de acolher esses sujeitos. Vale lembrar de que,

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensino-aprendizagem, [e que] não basta só incluir, a escola deve ofertar um ensino de qualidade e para isso o professor deve desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis. Para que se possa obter uma resposta positiva ao seu trabalho, essa desenvoltura terá que existir independente da heterogeneidade encontrada em sala de aula. (Barbosa et al., 2013, p. 8) [*grifos nossos*].

Ainda no que se refere ao processo de inclusão o autor supracitado nos lembra que “quando discutimos sobre a inclusão, diretamente recaíram sobre o papel do professor frente a esse processo, tendo em vista que ele estabelece um contato contínuo e duradouro com a criança” (Barbosa et al., 2013, p. 8), assim também acontece com as mudanças sociais, de modo que novas atribuições também recaem sob a responsabilidade do professor (a), e que ele (a) precisa saber agir, tendo um papel determinante para que aconteça de fato a inclusão.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008)

Traduzindo um sentimento particular da realidade educacional, Barbosa *et al.* (2013, p.10), evidencia em sua fala de que,

[...] a formação de professores não oferece uma base sólida nos aspectos teóricos e práticos, de modo que poucos professores possuem uma formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específicos para o autismo, isso implica na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar a criança com autismo.

Na perspectiva de Paulo Freire, a inclusão escolar, deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da educação e da sociedade, fundamentado na crença de que todos podem aprender e ensinar. Os métodos Freirianos de ensino e inclusão destacam-se por sua ênfase na relevância cultural do conteúdo e na necessidade de adaptar as práticas de ensino para atender às diversidades das crianças. Esse enfoque contribuiu significativamente para o movimento de inclusão, uma vez que promove uma educação que reconhece e valoriza as diferenças individuais e culturais. Dessa forma, a teoria de Paulo Freire sobre inclusão não apenas criticou as falhas do sistema educacional tradicional, mas também ofereceu uma alternativa poderosa, centrada no potencial de cada indivíduo e na construção coletivo conhecimento. De acordo com Paulo freire (2005, p.79): deste modo:

[...] o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também.

Para Jean Piaget, teoria do desenvolvimento cognitivo de oferece uma perspectiva enriquecedora sobre a inclusão educacional. Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo ocorre através de estágios sequenciais que refletem a crescente complexidade do pensamento e da compreensão das crianças. Esses estágios - sensório-motor, pré-operatório, operações concretas e operações formais não somente delineiam a evolução cognitiva, mas também sugerem que a inclusão deve ser adaptativa, considerando as capacidades intelectuais atuais do indivíduo. A inclusão, sob essa ótica, demanda um ambiente educacional que promova tanto a assimilação - a integração de novas informações dentro das estruturas cognitivas existentes - quanto a acomodação - a modificação dessas estruturas para abarcar novas informações.

Dessa forma, a construção do conhecimento ocorre em um contexto de apoio mútuo, onde a inclusão efetiva potencializa o aprendizado ao garantir que todas as crianças, independentemente de suas particularidades cognitivas, possam participa

ativamente do processo educativo. As implicações educacionais dessa teoria enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizado, promovendo um ambiente inclusivo que permita a todas as crianças construir seu conhecimento de forma significativa e integrada. Piaget defende ainda que:

O direito à educação é, portanto, nem mais nem menos, o direito que tem o indivíduo de se desenvolver normalmente, em função das possibilidades de que dispõe, e a obrigação, para a sociedade, de transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis. (Piaget, 1972, p.35)

Mediante as referências tomadas como base na construção dessa pesquisa, observamos que, apesar de todas as leis que já existem para contribuir para que a mencionada inclusão ocorra, leva-nos a crer, de que compreender os desafios das professoras da educação infantil se faz importante, uma vez que a inclusão está inserida em uma teia de relações, e que as mesmas tem um papel fundamental nesse processo.

Sabemos que por mais que tentemos colocar em prática a inclusão da criança com TEA, ainda há muitas barreiras para que a criança autista consiga se desenvolver em sua totalidade. A inclusão de crianças com TEA no ambiente educacional é um processo complexo, permeado por diversas barreiras que desafiam as professoras diariamente. Entre os principais desafios encontra-se a limitação de conhecimento sobre o espectro autista, que por ser uma condição que se manifesta de forma única em cada indivíduo, exige estratégias pedagógicas altamente personalizadas.

Adicionalmente, a falta de recursos didáticos adaptados complica a aplicação de práticas inclusivas eficazes, muitas vezes deixando os educadores sem as ferramentas necessárias para atender às necessidades específicas dessas crianças. Além disso, a insuficiente formação profissional continuada em estratégias de educação inclusiva situa-se como um obstáculo significativo, haja vista que a atualização constante é fundamental na preparação dos profissionais para lidarem com as demandas da educação especial.

A colaboração entre escola, família e especialistas mostra-se insuficiente, enfatizando a necessidade de um trabalho conjunto mais efetivo para criar um ambiente de apoio abrangente. Somado a isso, as barreiras atitudinais na instituição

Educacional, incluindo preconceitos e falta de sensibilização sobre o autismo, limitam a plena aceitação e inclusão dessas crianças. Esses fatores combinados delineiam o cenário desafiador enfrentado pelas professoras na missão de promover uma inclusão verdadeiramente eficaz para crianças com TEA. A mudança e a inclusão só ocorrerá de verdade quando as pessoas compreenderem que

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (Mantoan, 2003, p. 12)

Os currículos das instituições educacionais precisam ajudar aos professores (as) no processo de inclusão. O mesmo não é pensado na criança com TEA, Mantoan afirma que, “o ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas interações” (2003, p.13).

A criança com TEA possui dificuldades muitas vezes em sua interação, comportamento, falta de contato visual que acaba prejudicando o desenvolvimento de sua aprendizagem, Mantoan (2003) ainda nos diz que

(...) a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (p.12)

No ambiente escolar, sobretudo dentro da sala de aula, a criança possui contato com diversos grupos sociais e que o aprendizado partirá dessas relações, mas como fica a criança com TEA da Educação Infantil? Que possui dificuldade nessa interação, e que está chegando na escola agora? O processo de aprendizado na educação infantil é altamente influenciado pela capacidade das crianças de aprender por imitação, uma metodologia que permite às mesmas absorverem conhecimentos e habilidades sociais observando e replicando as ações dos outros.

Contudo, para crianças com autismo, essa forma de aprendizado representa um desafio significativo, devido às particularidades na maneira como processam informações e interagem socialmente. Isso demanda a adoção de estratégias pedagógicas adaptadas, que respeitem as necessidades individuais dessas

crianças, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo. A importância do apoio individualizado se destaca como um elemento crucial, facilitando a integração e o desenvolvimento de habilidades essenciais de maneira mais efetiva.

Assim, compreende-se a relevância de criar estratégias pedagógicas que não apenas reconheçam as dificuldades enfrentadas por crianças com autismo, mas que também valorizem suas potencialidades, incentivando uma experiência educacional enriquecedora para todos. Com isso, percebemos que a estratégia utilizada em sala de aula pelo(a) professor(a) é que fará que a criança autista consiga expressar suas experiências e as práticas pedagógicas pensadas para que a mesma, possa se desenvolver, conforme afirma Vygotsky:

Vygotsky (1998) discute a importância das atividades em grupo como sendo mais benéficas para a aprendizagem do que as atividades individuais. Segundo ele, a mediação é importante para compreender o processo de aprendizagem. Os processos de agência, aprendizagem e pensamento são formados por meio de relacionamentos com outras pessoas. Há uma relação implícita entre este mundo e o seu mundo, e o significado e a criação de conceitos estabelecidos na interação das relações humanas através de gestos e linguagem baseada na mediação. (Santana e Almeida, 2023, p. 55-56)

Mas a questão é que, “a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos.” (Mantoan, 2003, p. 12). A autora ainda nos afirma que para que a educação de fato seja inclusiva ela precisa ser voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. (2003, p. 13)

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, em uma escola da rede privada, na cidade de Campina Grande, PB.

Os resultados obtidos foram por meio da pesquisa quanti-qualitativa, com questionário, onde as professoras da educação infantil puderam participar e tiveram total espaço para responder de forma livre e sem pré-julgamentos.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa desenvolvida será de caráter quanti-qualitativa, “iniciando com coleta de dados e análise quantitativa e, posteriormente, realizando coleta e análise de dados qualitativa e a interpretação de toda a análise.” (Farra e Lopes, 2013, p. 75), que é um modelo que melhor dialoga com essa pesquisa.

Pretendemos assim, a partir das respostas das professoras, fazer uma análise do que as mesmas, enfrentam na inclusão dos alunos com TEA, na educação infantil, seus conhecimentos sobre TEA e legislação e a necessidade de formação.

3.2 Instrumento da pesquisa

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos um questionário que foi aplicado ao quadro de professoras de uma escola privada, em Campina Grande, na Paraíba (APÊNDICE), onde consegui observar de forma mais intensa diversos pontos que precisam de melhorias, com relação a inclusão das crianças com TEA, para que essa de fato aconteça, mesmo sem ter uma formação devida.

3.3 Cenário e participantes da pesquisa

A pesquisa foi feita com o quadro de professoras da educação infantil, em uma escola da rede privada, situada no município de Campina Grande, PB. Por apresentar um número significativo de alunos com TEA na Educação infantil, e por ser o ambiente de trabalho da autora desta pesquisa. A escola dispõe de um quadro na educação infantil de 17 professoras, e 282 alunos matriculados. A mesma possui mais ou menos 30 crianças com laudos, dentre elas 15 alunos com TEA, isso só na educação infantil.

3.4 Procedimento e Análise dos dados

Para coleta dos dados, utilizamos o Google forms, com um questionário, e a partir do mesmo, usamos a análise descritiva, que

[...] é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados. Utilizamos métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos. (Reis, Reis, 2002, p. 5)

Esse tipo de análise nos permite a partir de dados reais, compreender e tomar decisões melhores com relação aos dados apresentados.

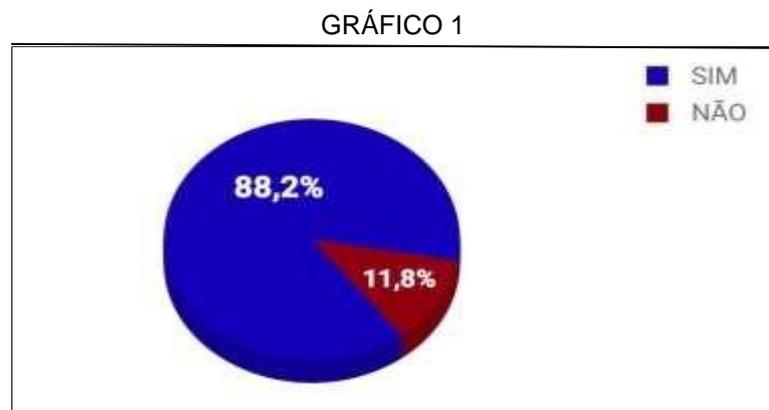
Em um primeiro momento nos reuniremos com a coordenação da educação infantil, para autorização da pesquisa. No segundo momento, entraremos em contato com as professoras para envio do questionário, e por fim faremos a análise dos dados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para realização desta pesquisa, foram feitas muitas leituras e levantamento de dados para assim poder contribuir com o tema proposto, de forma objetiva, por meio de um questionário com as professoras da educação infantil, com objetivo de entender os desafios enfrentados por elas, na inclusão das crianças com TEA. Com isso fizemos um questionário individual sobre o TEA, que foi enviado para cada professora, para assim registrar a opinião das mesmas. A seguir vamos analisar os dados obtidos.

Iniciamos assim este capítulo apresentando os resultados e discussões, com relação as respostas do questionário aplicado as professoras da educação infantil, participantes desta investigação.

- 1) Você acha que para ensinar crianças com TEA é necessário alguma formação além da pedagogia?



Fonte: Dados da autora.

No gráfico 1 podemos perceber que das 17 professoras que responderam o questionário, 15 (quinze) delas, cerca de 88,2% (oitenta e oito vírgula dois por cento) responderam que SIM, que é necessário alguma formação além da pedagogia, e apenas 2 (duas) professoras, 11,8% (onze vírgula oito por cento) responderam que não, que não é necessário outra formação para ensinar crianças com TEA. Sabemos que as crianças com TEA, precisam ser muito bem assistidas, e para que essa assistência seja de fato efetiva, a preparação do professor é de extrema importância, porém é um desafio complexo. Segundo Oliveira,

O docente deve ter consciência clara do importante papel que desempenha ao iniciar o processo de inclusão de uma criança com necessidades educacionais especiais associadas ao autismo infantil. Um professor hábil pode abrir a porta para várias oportunidades:

como cada criança com autismo processa a informação e quais são as melhores estratégias de ensino devido à singularidade de seus pontos fortes, interesses e habilidades em potencial. (2020 p. 9)

Percebemos assim a necessidade de formações na perspectiva inclusiva, com redefinições no papel do professor(a) e da instituição educacional, como também das práticas pedagógicas.

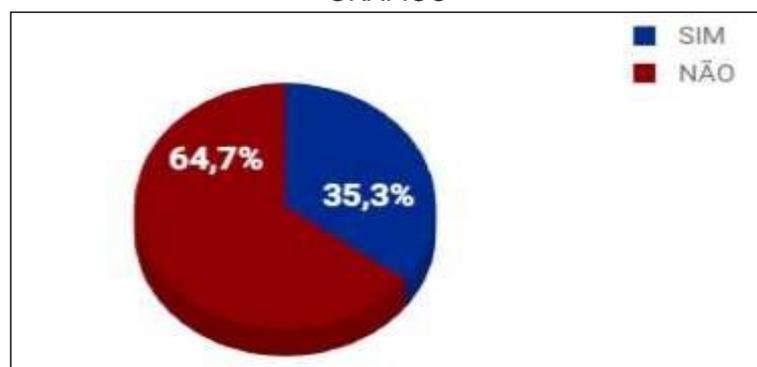
As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno. Por isso, os desafios de trabalhar com um aluno autista são grandes, necessitando de bastante conhecimento e preparo para seu acompanhamento. Além de formação acadêmica, a sensibilidade e a perspicácia do professor são extremamente importantes para aprender o compreender e trabalhar com o aluno autista. (Oliveira, 2020, p. 10)

A importância de uma formação pedagógica voltada para o ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) reside na necessidade de compreender e aplicar competências específicas que favoreçam um ambiente de aprendizado eficaz e inclusivo. Professores especializados nesta área são capazes de implementar abordagens pedagógicas adaptadas às peculiaridades do TEA, que não apenas respeitam as necessidades individuais de cada criança, mas também promovem seu desenvolvimento integral. Estas abordagens incluem estratégias e métodos que estimulam a comunicação, a socialização e habilidades cognitivas, aspectos frequentemente desafiadores para esse público.

Além disso, a formação especializada oferece ao profissional um amplo leque de conhecimentos sobre as características do TEA e as melhores práticas educativas, contribuindo para a superação dos desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem.

2) Você se sente preparada para ensinar crianças com TEA?

GRÁFICO

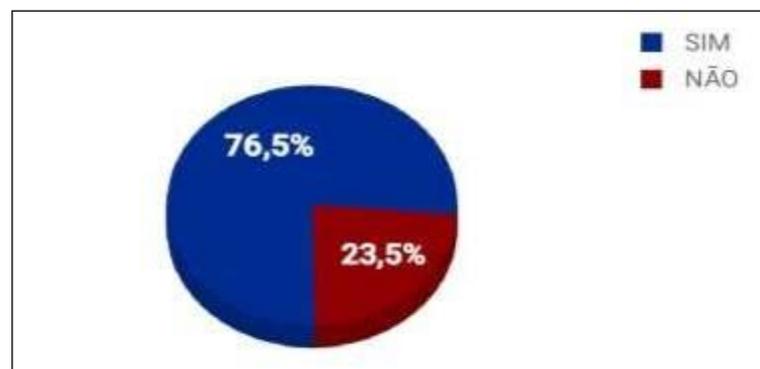


Fonte: Dados da autora

No gráfico 2 percebemos que das 17(dezessete) professoras, 11 (onze) responderam que não, cerca de 64,7% (sessenta e quatro vírgula sete por cento) que não se sentem preparadas para ensinar crianças com TEA, e 6 (seis) professoras responderam que sim, que se sentem preparadas para ensinar crianças com TEA. Esabemos que assim como a maioria respondeu, que de fato, é preciso uma boa preparação, para que o professor(a) consiga fazer com que a criança com TEA, se desenvolva em sua totalidade, sem impor limites, mas consagrando suas habilidades,é preciso um olhar sensível para cada criança.

3) Você consegue conceituar o TEA?

GRÁFICO 3



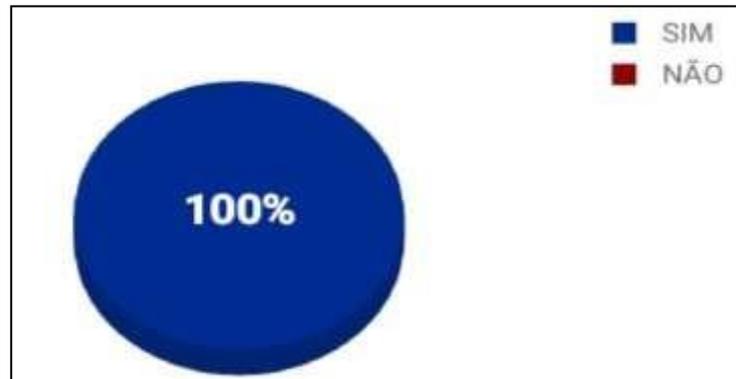
Fonte: Dados da autora.

No gráfico 3 das 17 (dezessete) professoras, 13 (treze) responderam que sim, cerca de 76,5% (setenta e seis vírgula cinco por cento) consegue conceituar o TEA, e apenas 4 (quatro), 23,5% (vinte e três virgula cinco por cento) responderam que não, que não consegue conceituar o TEA. Percebemos assim um ponto positivo, pois cada vez mais o TEA, está sendo reconhecido e compreendido, principalmente pelos profissionais da educação.

Dessa forma, por meio de uma compreensão clara e precisa, educadores podem reconhecer os primeiros sinais e sintomas do TEA, o que é indispensável para um diagnóstico precoce. Este diagnóstico, por sua vez, abre caminho para intervenções adaptadas às necessidades específicas de cada criança. A integração deste conhecimento nas estratégias de ensino demonstra uma evolução necessária rumo a uma educação inclusiva e igualitária.

- 4) Você acha que é importante a participação da família no processo de ensino-aprendizagem da criança com TEA na educação infantil?

GRÁFICO 4



Fonte: Dados da autora.

Nesse gráfico tivemos resposta unanime, com 100% (cem por cento), de respostas positivas, todas as professoras, consideram de extrema importância a participação da família no processo de ensino-aprendizagem das crianças com TEA.

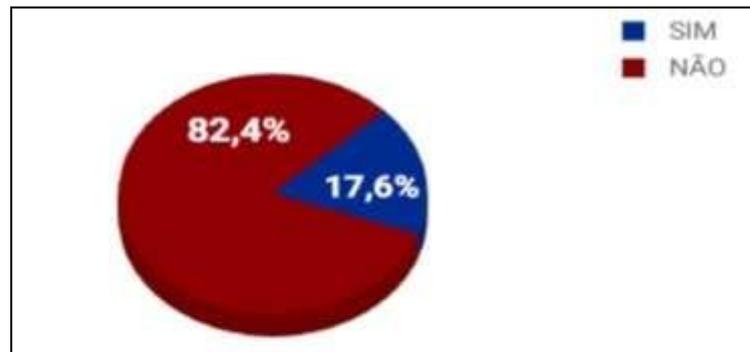
A interação entre pais e professores é muito importante para o processo de aprendizagem da criança com autismo, pois juntas irão achar formas de atuação, a fim de favorecer o processo educativo eficaz e significativo na superação das dificuldades de uma criança com autismo. Portanto, além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção. (Oliveira, 2020, p. 10)

O apoio e envolvimento familiar contribuem significativamente para o progresso individual, pois permite que a criança se sinta segura e compreendida em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Benefícios como a melhora na comunicação, no comportamento e na socialização são diretamente influenciados pela participação efetiva dos familiares em colaboração com as instituições de ensino.

Esta parceria entre família e escola potencializa a criação de estratégias personalizadas de ensino, que respeitem as particularidades e necessidades específicas da criança com TEA, facilitando assim, sua inclusão e sucesso educacional. Além de promover um ambiente adaptado e inclusivo, a participação da família assegura que as práticas pedagógicas sejam mais eficazes e alinhadas ao bem-estar e ao progresso da criança. Principalmente quando a aceitação e intervenção começa precocemente, a criança com TEA, consegue ter uma melhor qualidade de vida.

- 5) Durante sua graduação houve algum componente curricular que te preparou para ensinar crianças com TEA na educação infantil?

GRÁFICO 5



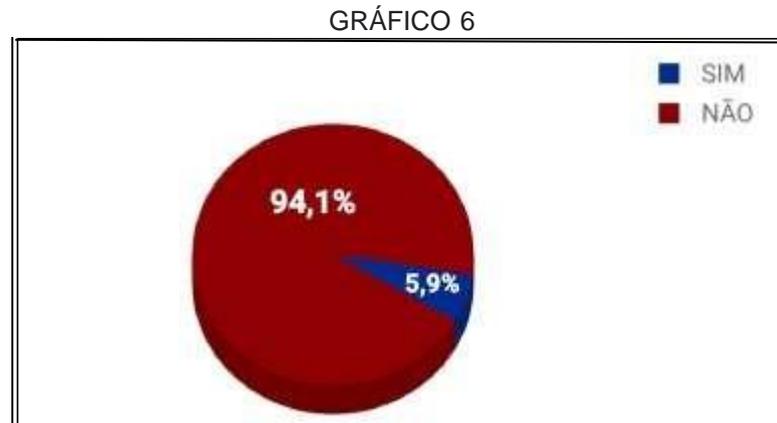
Fonte: Dados da autora.

No gráfico acima, 14 (quatorze), professoras, cerca de 82,4% (oitenta e dois vírgula quatro por cento), responderam que não, que não tiveram durante a graduação um componente curricular que as preparasse para ensinar crianças com TEA, e apenas 3 (três), 17,6% (dezessete vírgula seis por cento) responderam que sim. Percebemos assim, um ponto muito importante, a formação inicial do professor(a), que precisa estar atualizada, com a demanda de pluralidade que vivemos nos dias atuais.

É importante perceber que a formação de professores é uma das primeiras etapas em busca de qualidade para a inclusão de alunos com TEA. Quando se pensa em formação de professores, pauta-se aqui por aquela em que o professor na maioria das vezes busca por conta própria, motivado por questões suas, particulares, na busca de dar sentido para suas demandas e seus anseios com os alunos com que lida em seu cotidiano, já que, na maioria das vezes, o Estado não lhe dá oportunidade de uma formação continuada. Assim, é preciso propiciar a reflexão dos professores a respeito dos sujeitos com TEA, deslocando o pensamento de alguém que vive em um mundo próprio, que não interage, não aprende, não se comunica para um sujeito que é capaz de ser e de saber, que é capaz de se comunicar e de interagir com o outro. (Gomes, Silva e Moura, 2019, p 17)

E por isso voltamos a pontuar, que é preciso uma boa formação, seja ela no curso de graduação ou após, para que se consiga de forma efetiva concretizar e atender as singularidades de cada indivíduo. Pois uma boa formação quando acompanhada de práticas pedagógicas adaptadas para a criança com TEA, propiciará um melhor desenvolvimento do mesmo.

- 6) Na sua opinião as escolas estão preparadas para receber crianças com TEA?



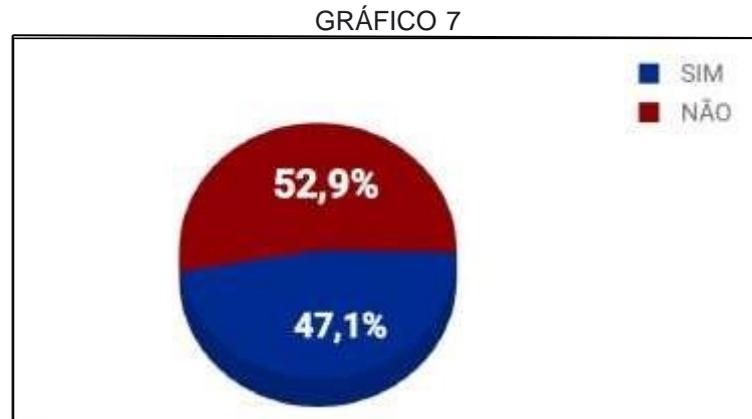
Fonte: Dados da autora.

No gráfico 6, das 17 (dezessete) professoras, 16 (dezesesseis), responderam que não, cerca de 94,1% (noventa e quatro virgula um por cento), que as escolas não estão preparadas para receber crianças com TEA, e apenas 1 (uma) professora, 5,9% (cinco virgula nove por cento) respondeu que sim, as escolas estão preparadas para receber crianças com TEA. E assim como a maioria, sabemos que muito se precisa mudar nas escolas para que de fato estejam prontas para receber crianças com TEA. Hoje, as escolas tradicionais continuam a produzir alunos ideais. O ambiente escolar deve ser um ambiente mais fácil e menos estressante, pois tem como objetivo transmitir conhecimentos. (Santana e Almeida, 2023, p.58). E algo importante, é a forma como os professores e gestores reconhecem a fragilidade em lidar com a diferença.

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. (Oliveira, 2020, p. 9).

Pois não existe uma fórmula pronta, pois cada criança pode reagir de forma diferente as intervenções impostas a ela, não há como saber o que pode acontecer, apenas no dia a dia, na convivência com a criança, é que poderemos perceber a melhor forma de agir, são oportunidades iguais com estratégias diferentes para cada um, por isso a adaptação do currículo é importante.

- 7) Você conhece a legislação pertinente a inclusão da criança com TEA nas escolas?



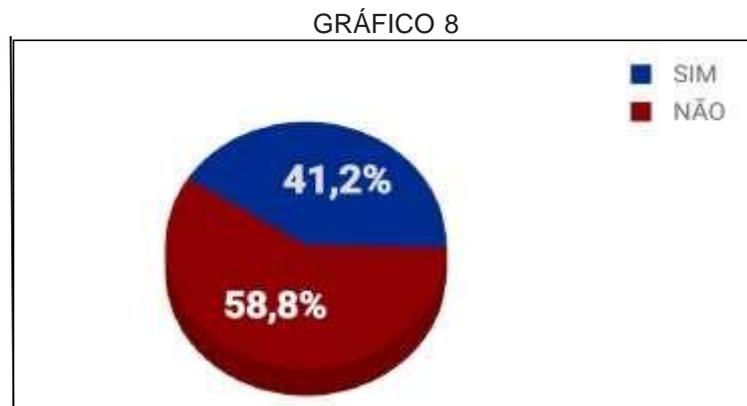
Fonte: Dados da autora.

Nesse gráfico percebemos quase um empate, porém dados preocupantes. Das 17 (dezessete) professoras, 8 (oito), responderam que sim, cerca de 47,1% (quarenta e sete vírgula um por cento), conhecem a legislação pertinente a inclusão da criança com TEA, e 9 (nove) responderam que não, 52,9% (cinquenta e dois vírgula nove por cento) não conhece a legislação.

O papel das professoras no ambiente educacional vai além da transmissão de conhecimentos, estendendo-se ao conhecimento profundo da legislação vigente sobre crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tal conhecimento é fundamental, pois direciona as práticas pedagógicas para um atendimento inclusivo e adaptado às necessidades específicas das mesmas. Sem a compreensão apropriada das leis e diretrizes, as professoras podem involuntariamente marginalizar ou não fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento pleno da criança com TEA.

A falta de conhecimento sobre a legislação pode resultar em práticas pedagógicas ineficazes, negando a essas crianças o direito à educação inclusiva e de qualidade, como preconiza a Lei Brasileira de Inclusão. Por outro lado, quando o professor(a) está bem informado, se torna um agente de transformação, capaz de implementar estratégias que promovam efetivamente o desenvolvimento integral das crianças com TEA, garantindo-lhes um futuro mais promissor. Este entendimento não apenas as beneficia, mas também contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

- 8) Você conhece as políticas públicas adotadas atualmente no Brasil para incluir as crianças com TEA na educação regular?



Fonte: Dados da autora.

No gráfico 8, podemos perceber que 10 (dez) professoras deram resposta negativa, 58,8% (cinquenta e oito vírgula oito por cento), não conhece as políticas públicas para incluir crianças com TEA na educação regular, e 7 (sete) professoras disseram que sim, conhecem as políticas públicas.

A compreensão e aplicação das políticas públicas de inclusão por parte das professoras desempenha um papel fundamental no ensino regular, principalmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com TEA. O papel das professoras torna-se então essencial para identificar e aplicar estratégias pedagógicas eficazes que facilitam a inclusão, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios significativos, como a adaptação do currículo e a gestão de um ambiente de aprendizagem diversificado.

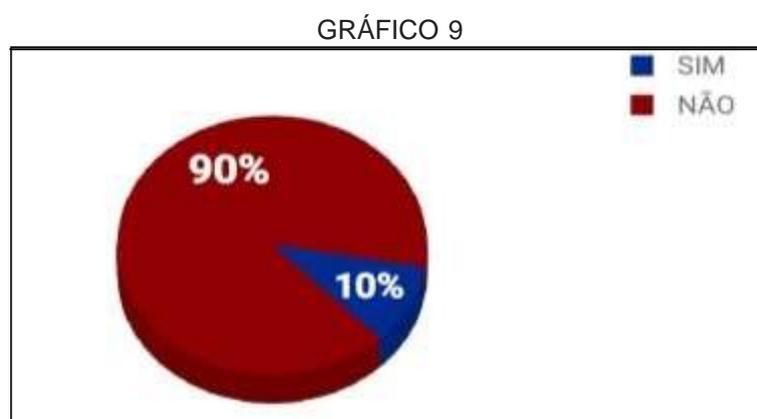
Estratégias bem implementadas não apenas promovem o desenvolvimento da aprendizagem, social e emocional da criança com TEA, mas também enriquecem a experiência educacional de toda a classe, gerando um impacto positivo amplo.

Por outro lado, o problema do desconhecimento sobre essas políticas públicas é um obstáculo significativo para a efetivação da inclusão escolar. A falta de familiaridade das professoras com estas políticas compromete não só a aplicação de estratégias adequadas para atender às necessidades específicas dessas crianças, mas também afeta diretamente o seu desempenho e bem-estar dentro do ambiente escolar.

Essa lacuna de conhecimento evidencia a importância de promover a

atualização constante dos professores sobre as políticas públicas existentes, como também desenvolver mecanismos que facilitem a prática dessas diretrizes no cotidiano das instituições de ensino. Este cenário demanda um compromisso conjunto entre gestores educacionais, professores e a sociedade, visando a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos.

- 9) Caso a pergunta anterior seja afirmativa, responda: na sua opinião as políticas públicas adotadas atualmente no Brasil vêm respondendo as necessidades educacionais específicas da criança com TEA?



Fonte: Dados da autora.

Como 07 (sete) professoras responderam que sim no gráfico anterior, nesse último gráfico podemos perceber que 9 (nove) professoras responderam que não, 90% (noventa por cento), que as políticas públicas não estão respondendo as necessidades educacionais específicas das crianças com TEA, e apenas 1 (uma), acredita que sim, que as políticas públicas atendem as necessidades educacionais das crianças com TEA.

As políticas públicas começam na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, que garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) das crianças com deficiência, em escolas regulares.

O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos nas escolas públicas e privadas, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas por esses educandos nas salas de AEE devem diferenciar-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização; devem, sim, complementar e/ou suplementar o processo de aprendizagem desses alunos. (Gomes, Silva e Moura, 2019, p. 16)

Zerbato et al. (2013), levantam uma discussão sobre o papel do professor de educação especial e apontam para uma proposta de coensino, numa perspectiva de ensino colaborativo entre o professor regular e o professor do AEE, de maneira que o profissional possa romper os limites da sala de recursos multifuncionais e passe a atuar em parceria com o professor regular na sala de aula, para assim, contribuir com a efetividade na inclusão dos estudantes da educação especial.

Essa proposta de ensino colaborativo demanda uma parceria sólida e estratégica entre o(a) professor(a) do AEE e o(a) professor(a) regular. O perfil do professor(a) de AEE é caracterizado por uma formação especializada que o habilita para identificar, elaborar e implementar estratégias pedagógicas adaptadas às diversas necessidades das crianças.

Por outro lado, o(a) professor(a) regular possui competências fundamentais para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo para todos as crianças, garantindo a equidade educacional. A interseção das atuações desses profissionais no ambiente escolar constitui-se um pilar essencial para o desenvolvimento e aprendizado de crianças com necessidades especiais, pois permite uma abordagem pedagógica coesa que abarca tanto as necessidades individuais quanto coletivas em sala de aula para uma educação inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade humana como um potencial pedagógico.

A inclusão educacional no Brasil é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa garantir o direito de todos os alunos de estar juntos, aprendendo e participando (Brasil, 2007 apud Gomes, Silva e Moura, 2019, p. 16). Mas a garantia de matrícula em escolas regulares não avaliza a inclusão da criança com TEA. Porém a criança que precisa do atendimento no AEE, precisa frequentá-lo no contra turno, a partir dessa problemática, percebemos que, é necessário repensar os papéis dos professores do AEE e da sala comum. (Zaboroski et. al., 2017, p. 123).

Seria preciso que ambos os professores atuassem juntos, de forma colaborativa, onde o(a) professor(a) do AEE, destinaria parte de suas aulas a ir à sala de aula comum da criança, para que ao observar juntamente com o(a) professor(a) da sala comum, buscar juntos estratégias que melhor corroborem com o desenvolvimento da criança. Seria uma atuação conjunta e troca de experiências entre os mesmos. Por isso é preciso políticas públicas cada vez mais voltadas para que os direitos dessas crianças sejam de fato respeitados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho teve como ponto principal analisar as dificuldades enfrentadas pelas professoras da educação infantil na inclusão das crianças com TEA, abordando também a importância do diagnóstico precoce, da participação da família no processo de inclusão e desenvolvimento das mesmas, da formação dos professores, entre outros.

Após análise do questionário pôde-se perceber a realidade na perspectiva das professoras da educação infantil, o que sabem ou não a respeito do processo de inclusão da criança com TEA. Observamos as dificuldades das professoras da Educação Infantil, e percebemos que a maior delas é a falta de conhecimento e de formação na área de inclusão e de conhecimentos sobre o TEA, investimentos em um preparo adequado para que se possa alcançar essa tão sonhada e desejada inclusão. Pois percebemos que o professor tem o compromisso com a inclusão e deve buscar qualificação, no entanto cabe ao poder público os recursos para isso. Porém não podemos deixar de entender também, que as professoras acabam sendo vítimas e por esse motivo, muitas vezes não conseguem ter uma prática inclusiva.

Toda criança possui singularidades que precisam do olhar sensível das professoras para que as mesmas, possam pensar em práticas que ajudem o aluno a se desenvolver. A fragilidade observada nas respostas nos revela as inseguranças que as professoras carregam consigo por acharem não estar prontas para ensinar uma criança com TEA, mas observamos também o quanto já avançamos em conhecimento. A maioria das respostas apresentaram afirmativas com relação ao conhecimento do TEA.

Vale ressaltar que a necessidade da formação contínua do professor(a), sobretudo no início da graduação, e depois da mesma, a participação da família, a preparação das escolas, o conhecimento das legislações são pontos fortes desta pesquisa, pois podemos observar através dos dados, que as professoras entrevistadas possuem incertezas, muitas vezes, mas ciência de que mudanças precisam ser feitas o quanto antes, sobretudo em políticas públicas que ajudem numa melhor garantia de formação para essas profissionais e inclusão das crianças com TEA.

Mas algo importante a se discutir ainda nessas considerações, é que, ao professor (a), que ler esse trabalho saiba que o seu aluno depende de seu olhar

sensível, para perceber suas habilidades e competências, não apenas suas limitações, eo seu preparo dependerá muito também da convivência com o mesmo e dos cursos de formação sobre o tema. Tenha uma prática humana e libertadora, que ajude na igualdade de oportunidades para todos. Seja a diferença nesse mundo que muito se fala em igualdade mais não se respeita as diferenças dos outros, tenha ela ou não TEA.

Precisamos aprender a compreender que todo ser humano é diferente, que não existe ser humano padrão, não há modelo de ser humano a ser seguido, pois o ser humano é o seu próprio ponto de referência. Todos temos limitações e necessidades, e possuímos habilidades, por isso existe a diversidade de sujeitos. Somos seres plurais, heterogêneos, não há um padrão, não é algo que precisa ser corrigido,mas respeitado e compreendido.

Sabemos que somos seres influenciados pelos fatores históricos, porém precisamos ser pessoas a frente de nosso tempo, abertas a oportunidades de mudanças.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. DSM 5. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 2013

AUTISMO E REALIDADE. CONVIVENDO COM O TEA, LEIS E DIREITOS. Disponível em: [Leis e Direitos - Autismo e Realidade](#) . Acesso em: 19 de setembro de 2023.

Autismo entre crianças de 4 e 8 anos: um resumo de fácil leitura, 23 de março de 2023. Disponível em: [Autismo entre crianças de 4 e 8 anos: um resumo de fácil leitura | Autismo | NCBDDD - Brasil | CDC](#). Acesso em: 04 de maio de 2024.

BARBOSA, Amanda Magalhães; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; MEDEIROS, Kesia Natália; NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. **O Papel do professor frente a inclusão de crianças com autismo.** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1589724-O-papel-do-professor-frente-a-inclusao-de-criancas-com-autismo.html>> Acesso em 25 de fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o parágrafo 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica.** IN. CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.). Multi 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 3, p. 67-80, 2013.

DE SANTANA, Milene Matos; DE ALMEIDA, Ricardo Santos. **Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.** Revista Interseção, v. 5, n. 1, p. 54-79, 2023

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; MENEZES, Helena Cristina Soares; FERNANDES, George Pimentel. **Transtorno do Espectro do Autismo: Considerações sobre o diagnóstico / Autism Spectrum Disorder: Diagnostic Considerations**. ID on line. Revista de psicologia, [S.l.], v. 13, n. 47, p. 234-251, out. 2019. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1983/3126>. Acesso em: 25 maio 2024. doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v13i47.1983>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Manoel Messias; SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo; MOURA, Deniza Dias de. A importância da família para o sujeito portador de autismo, a educação e a formação docente. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 25, p. 15, 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021**. 27 de agosto de 2021. Disponível em: Disponível em: [IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021 | Agência de Notícias](#). Acesso em: 04 de maio de 2024.

KONKEL, Eliane Nilsen; ANDRADE, Cleudane; KOSVOSKI, Deysi Maia Clair. As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. In: **XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anais [...]. Porto Alegre: PUC-RS**. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2003.

MARQUES, Alexandre Henrique; BARBOSA, Vilma Maria; DA SILVA GOMES, Lauriceia Tomaz. A inclusão do estudante com transtorno do espectro autista nos anos iniciais do ensino fundamental: os desafios enfrentados pelo docente nesse processo. **Revista diálogos e perspectivas em educação especial**, v. 5, n. 2, p. 11-28, 2018.

Ministério da Educação (MEC). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 34, p. 8, 2020.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: [EDUCAO INCLUSIVA: POLITICA NACIONAL DE EDUCACAO ESPECIAL \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise descritiva de dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, v. 1, 2002.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017.

SOUSA, Maria Josiane Sousa de. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade**. 2015.

STEFFEN, . F. .; DE PAULA, . F. .; MARTINS, . M. F. .; LÓPEZ, . L. . DIAGNÓSTICO PRECOCE DE AUTISMO: UMA REVISÃO LITERÁRIA. **REVISTA SAÚDE MULTIDISCIPLINAR**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/91>. Acesso em: 25 maio. 2024.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. Editora Best Seller, 2016.

ZABOROSKI, Ana Paula et al. **O ensino colaborativo e a formação permanente dos professores para o desenvolvimento da educação inclusiva**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 4, n. 1, 2017

ZERBATO, A.P.; VILARONGA, C.A.R.; MENDES, E.G.; PAULINO, V.C. **Discutindo o papel do professor de educação especial na proposta de co-ensino em um município do interior de São Paulo**. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência** – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013, p.1-12

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O TEA, APLICADO AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA.

1. VOCÊ ACHA QUE PARA ENSINAR CRIANÇAS COM TEA É NECESSÁRIA ALGUMA FORMAÇÃO ALÉM DA PEDAGOGIA?
SIM () NÃO ()
2. VOCÊ SE SENTE PREPARADA PARA ENSINAR CRIANÇAS COM TEA?
SIM () NÃO ()
3. VOCÊ CONSEGUE CONCEITUAR O TEA?
SIM () NÃO ()
4. VOCÊ ACHA QUE É IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?
SIM () NÃO ()
5. DURANTE SUA GRADUAÇÃO HOUVE ALGUM COMPONENTE CURRICULAR QUE TE PREPAROU PARA ENSINAR CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?
SIM () NÃO ()
6. NA SUA OPINIÃO AS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA RECEBER CRIANÇAS COM TEA?
SIM () NÃO ()
7. VOCÊ CONHECE A LEGISLAÇÃO PERTINENTE A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NAS ESCOLAS?
SIM () NÃO ()
8. VOCÊ CONHECE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS ATUALMENTE NO BRASIL PARA INCLUIR AS CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO REGULAR?
SIM () NÃO ()
9. CASO A PERGUNTA ANTERIOR SEJA AFIRMATIVA, RESPONDA: NA SUA OPINIÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS ATUALMENTE NO BRASIL VÊM RESPONDENDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DA CRIANÇA COM TEA?
SIM () NÃO ()

OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!